



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

TERMO DE REFERÊNCIA

PGEA: 1.23.000.002610/2024-73

CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA DA REPÚBLICA – PA (200075)

OBJETO

Aquisição de material de higiene e limpeza, copa e cozinha, elétrico e eletrônico para o Ministério Público Federal no Pará e PRMs.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 31.862,87

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

SUMÁRIO

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO.....	3
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	6
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO.....	7
4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	11
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	12
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	12
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.....	14
8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	17
9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	20



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de material de higiene e limpeza, copa e cozinha, elétrico e eletrônico para o Ministério Público Federal no Pará e PRMs, conforme tabela abaixo:

Grupo 1: Material de Higiene e Limpeza

Local de entrega: PRPA

Endereço: Rua Domingos Marreiros, 690. Bairro Umarizal. CEP 66055-215. Belém/PA

ITEM	CATMAT/ CLASSE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	29961 / 7930	Álcool etílico hidratado líquido 70% INPM	Frasco 1 Litro	150	R\$ 5,48	R\$ 822,00
2	429225 / 7930	Álcool Etílico Hidratado 70% INMP, Apresentação: Gel	Frasco 500g	50	R\$ 7,24	R\$ 362,00



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

3	620665 / 7930	Detergente líquido para lavagem de louça	Frasco 500ml	750	R\$ 2,27	R\$ 1.702,50
4	413461 / 7930	Limpador Multiuso	Frasco 500ml	125	R\$ 6,01	R\$ 751,25
5	484679 / 6840	Inseticida à Base de Água, Sem cheiro	Spray Aerossol 400ml – Unidade	24	R\$ 18,78	R\$ 450,72
6	416696 / 7920	Pano multiuso, medindo 58 x 33 cm	Embalagem com 5 unidades	250	R\$ 7,95	R\$ 1.987,50

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

7	621513 / 6840	Desinfetante germicida	Frasco com 1L	150	R\$ 4,15	R\$ 622,50
8	372044 / 6850	Limpa Alumínio	Frasco 500mL	25	R\$ 2,85	R\$ 71,25
9	310507 / 7930	Água Sanitária	Frasco 1L	250	R\$ 2,45	R\$ 612,50
10	350834 / 8510	Pedra Sanitária com suporte plástico para vaso sanitário	Caixa 1 unidade de 25g	150	R\$ 2,46	R\$ 369,00

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoodocumento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

11	436764 / 7930	Sabão em pó	Pacote 500g	150	R\$ 2,68	R\$ 402,00
12	620662 / 7920	Esponja dupla face para lavar louça	Pacote 1 unidade	750	R\$ 0,83	R\$ 622,50
13	396308 / 7920	Pano de chão liso, 100% algodão, branco, 60cm largura e 80cm de comprimento, tipo saco	Unidade	150	R\$ 3,44	R\$ 516,00
14	432871 / 7920	Flanela, Material Algodão, cor laranja, 40cm comprimento x 30 cm largura	Unidade	150	R\$ 1,76	R\$ 264,00

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

15	331905 / 6850	Desodorizador de Ar	Frasco Aerossol 360ml	50	R\$ 11,34	R\$ 567,00
16	608749 / 8105	Saco para lixo 100L, cor preta, Aplicação: Coleta De Lixo, Material: Polietileno	Pacote com 5 Und	200	R\$ 3,27	R\$ 654,00
17	413343 / 8105	Saco para lixo 50L, Aplicação: Coleta de Lixo, Material: Polietileno	Pacote com 10 unidades	150	R\$ 2,66	R\$ 399,00
18	618312 / 7210	Pano de prato, 40 cm largura x 70 cm comprimento, Material; Algodão, Cor: Branca, com ou sem estampa	Unidade	100	R\$ 4,81	R\$ 481,00

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

19	481231 / 8540	Papel toalha interfolhado 1000 folhas, Branco, 2 dobras	Pacote	150	R\$ 17,42	R\$ 2.613,00
20	469862 / 7920	Vassoura de piaçava, com cabo de madeira	Unidade	60	R\$ 24,41	R\$ 1.464,60

Grupo 2: Material de Expediente, Elétrico e Eletrônico

Local de entrega: PRPA

Endereço: Rua Domingos Marreiros, 690. Bairro Umarizal. CEP 66055-215. Belém/PA

ITEM	CATMAT/ CLASSE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	464636 / 7520	Apontador de lápis; material plástico, quantidade fuos 1. Características adicionais: com depósito, lâmina em aço inoxidável	Unidade	100	R\$ 0,42	R\$ 42,00



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

22	428584 / 7510	Borracha branca para lápiz, com capa plástica protetora. Medidas: 43mm Comprimento X 21mm Largura X 12mm Espessura	Unidade	100	R\$ 3,44	R\$ 344,00
23	284665 / 7540	Bloco recado autoadesivo 38 x 50 mm, Cor: Amarelo	Pacote com 4 blocos	250	R\$ 5,01	R\$ 1.252,50
24	462546 / 7510	Caneta esferográfica Azul, corpo em plástico hexagonal, ponta média	Caixa com 50 unidades	8	R\$ 39,25	R\$ 314,00
25	435043 / 8040	Cola em bastão, não tóxica, com tampa hermética. Apresentação: bastão de 40g	Unidade	100	R\$ 2,00	R\$ 200,00

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

26	246531 / 8455	Cordão para crachá em tecido, cor azul marinho, com logo MPF em ambos os lados, com bico de metal tipo "jacaré", medindo 85cm comprimento x 12mm largura, material poliéster	Unidade	300	R\$ 1,94	R\$ 582,00
27	622133 /8040	Estilete largo, material plástico, lâmina retrátil em aço antiferrugem, com trava de segurança, medindo 18mm de largura	Unidade	100	R\$ 2,36	R\$ 236,00
28	429829 / 7520	Extrator de grampo tipo espátula, Material: Metal, Tratamento superficial: cromado, medindo: altura 1cm, largura 2cm, comprimento 16cm	Unidade	60	R\$ 3,45	R\$ 207,00
29	468602 / 8135	Fita adesiva transparente, largura 25mm x comprimento 50m	Unidade	80	R\$ 5,87	R\$ 469,60



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

30	467198 / 8135	Fita adesiva marrom para empacotamento, largura 48 mm x comprimento 50 m	Unidade(Rolo com 50m)	100	R\$ 5,28	R\$ 528,00
31	453106 / 8135	Fita adesiva transparente 48mm x 50m	Unidade(Rolo com 50m)	100	R\$ 5,43	R\$ 543,00
32	486374 / 8135	Caneta fluorescente marcador de texto amarela, corpo em plástico, ponta chanfrada	Caixa com 12 unidades	40	R\$ 8,98	R\$ 359,20
33	419862 / 6135	Pilha alcalina, não recarregável, tamanho AA, tensão nominal 1,5v	Embalagem com 2 unidades	60	R\$ 8,41	R\$ 504,60

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoodocumento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

34	419860 / 6135	Pilha alcalina não recarregável, tamanho AAA, tensão nominal 1,5v	Embalagem com 2 unidades	60	R\$ 6,97	R\$ 418,20
35	376266 / 3730	Tesoura Multiuso em aço inoxidável, material do cabo: plástico, medindo 21cm	Unidade	40	R\$ 14,75	R\$ 590,00
36	419177 / 8455	Plástico para crachá, material plástico rígido transparente, Altura 86mm, Largura 54mm	Unidade	500	R\$ 1,54	R\$ 770,00
37	394895 / 7540	Bloco autoadesivo, cor amarela, com 76mm largura x 102mm de comprimento	Unidade	250	R\$ 3,51	R\$ 877,50

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

Grupo 3: Material de Higiene e Limpeza

Local de entrega: PRM Altamira

Endereço: Av. Tancredo Neves. 3256. Bairro Jardim Independente II. CEP 68372-222. Altamira/PA

ITEM	CATMAT/ CLASSE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
38	617347 / 7350	Copo descartável em poliestireno, não tóxico, para água, com volume de 180ml	Caixa com 2500 copos, em balados em tiras plásticas de 100 unidades cada	3	R\$ 103,79	R\$ 311,37
39	620665 / 7930	Detergente líquido para lavagem de louça	Frasco 500mL	50	R\$ 2,27	R\$ 113,50
40	481231 / 8540	Papel toalha interfolhado 1000 folhas, Branco, 2 dobras	Pacote	50	R\$ 17,42	R\$ 871,00

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

41	620662 / 7920	Esponja dupla face para lavar louça	Pacote 1 unidade	30	R\$ 0,83	R\$ 24,90
42	618312 / 7210	Pano de prato, 40 cm largura x 70 cm comprimento, Material; Algodão, Cor: Branca, com ou sem estampa	Unidade	20	R\$ 4,81	R\$ 96,20

Grupo 4: Material de Higiene e Limpeza

Local de entrega: PRM Marabá

Endereço: Rodovia Transamazônica, 1076. Bairro Amapá. CEP 68502-700. Marabá/PA

ITEM	CATMAT/ CLASSE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
43	620665 / 7930	Detergente líquido para lavagem de louça	Frasco 500mL	60	R\$ 2,27	R\$ 136,20



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

44	621513 / 6840	Desinfetante germicida	Frasco com 1L	15	R\$ 4,15	R\$ 62,25
45	432871 / 7920	Flanela, Material Algodão, cor laranja, 40cm comprimento x 30 cm largura	Unidade	20	R\$ 1,76	R\$ 35,20
46	29961 / 7930	Álcool etílico hidratado líquido 70% INPM	Frasco 1 Litro	150	R\$ 5,48	R\$ 822,00
47	429225 / 7930	Álcool Etílico Hidratado 70% INMP, Apresentação: Gel	Frasco 500g	10	R\$ 7,24	R\$ 72,40

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

48	436764 / 7930	Sabão em pó	Pacote 500g	15	R\$ 2,68	R\$ 40,20
49	310507 / 7930	Água Sanitária	Frasco 1L	25	R\$ 2,45	R\$ 61,25
50	620662 / 7920	Esponja dupla face para lavar louça	Pacote 1 unidade	25	R\$ 0,83	R\$ 20,75
51	416696 / 7920	Pano multiuso, Altura: 5cm / Largura: 15cm	Embalagem com 5und	25	R\$ 4,13	R\$ 103,25

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoodocumento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

52	617347 / 7350	Copo descartável em poliestireno, não tóxico, para água, com volume de 180ml	Caixa com 2500 copos, em balados em tiras plásticas de 100 unidades cada	3	R\$ 103,79	R\$ 311,37
53	413461 / 7930	Limpador Multiuso	Frasco 500ml	15	R\$ 6,01	R\$ 90,15
54	481231 / 8540	Papel toalha interfolhado 1000 folhas, Branco, 2 dobras	Pacote	20	R\$ 17,42	R\$ 348,40

Grupo 5: Material de Higiene e Limpeza

Local de entrega: PRM Santarém

Endereço: Av. Castelo Branco, 915. Bairro Interventoria. CEP 68020-820. Santarém/PA

ITEM	CATMAT/ CLASSE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-------------------	-----------	---------	------------	-------------------	-------------



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

55	620665 / 7930	Detergente líquido para lavagem de louça	Frasco 500mL	60	R\$ 2,27	R\$ 136,20
56	620662 / 7920	Esponja dupla face para lavar louça	Pacote 1 unidade	75	R\$ 0,83	R\$ 62,25
57	436764 / 7930	Sabão em pó	Pacote 500g	15	R\$ 2,68	R\$ 40,20
58	310507 / 7930	Água sanitária	Frasco 1L	25	R\$ 2,45	R\$ 61,25

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

59	621513 / 6840	Desinfetante germicida	Frasco com 1L	50	R\$ 4,15	R\$ 207,50
60	624516 / 7920	Esponja de lã de aço	Pacote	8	R\$ 1,95	R\$ 15,60
61	413461 / 7930	Limpador Multiuso	Frasco 500ml	25	R\$ 6,01	R\$ 150,25
62	396308 / 7920	Pano de chão liso, 100% algodão, branco, 60cm largura e 80cm de comprimento, tipo saco	Unidade	25	R\$ 3,44	R\$ 86,00

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

63	484679 / 6840	Inseticida à Base de Água, Sem cheiro	Spray Aerossol 400ml – Unidade	6	R\$ 18,78	R\$ 112,68
64	304186 / 7920	Pá para lixo, com cabo de plástico de 80 cm, cabo rosqueável	Unidade	6	R\$ 8,81	R\$ 52,86
65	413343 / 8105	Saco para lixo 50L, Aplicação: Coleta de Lixo, Material: Polietileno	Pacote com 10 unidades	150	R\$ 2,66	R\$ 399,00
66	608749 / 8105	Saco para lixo 100L, cor preta, Aplicação: Coleta De Lixo, Material: Polietileno	Pacote com 5 Und	350	R\$ 3,27	R\$ 1.144,50

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

67	481231 / 8540	Papel toalha interfolhado 1000 folhas, Branco, 2 dobras	Pacote	6	R\$ 17,42	R\$ 104,52
68	413528 / 8540	Papel toalha em rolo, 120 toalhas(2 rolos), cada folha medindo 19 x 22cm	Pacote com 2 rolos	6	R\$ 10,58	R\$ 63,48
69	403521 / 8540	Guardanapo de papel, folha dupla, extramacio, cada folha medindo 24 x 22cm	Pacote com 50 folhas	25	R\$ 3,11	R\$ 77,75
70	617347 / 7350	Copo descartável em poliestireno, não tóxico, para água, com volume de 180ml	Caixa com 2500 copos, em balados em tiras plásticas de 100 unidades cada	6	R\$ 103,79	R\$ 622,74

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

71	619807 / 7350	Copo descartável em poliestireno, não tóxico, para café, com volume de 50ml	Caixa com 5.000 unidades	5	R\$127,00	R\$ 635,00
72	607532 / 7920	Rodo plástico para pia. Material: plástico. Comprimento suporte: 13cm	Unidade	3	R\$ 6,25	R\$ 18,75
73	438555 / 7930	Rodo de alumínio, 60cm de largura, cabo de 130cm fixo, borracha substituível	Unidade	3	R\$ 33,29	R\$ 99,87
74	473394 / 7920	Balde MOP giratório em plástico, conjunto balde e esfregão, com refil, cesto com capacidade para 12 litros. Material do cabo: alumínio.	Unidade	1	R\$ 92,94	R\$ 92,94

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

75	29961 / 7930	Álcool etílico hidratado líquido 70% INPM	Frasco 1 Litro	25	R\$ 5,48	R\$ 137,00
76	621603 / 7920	Vassoura Multiuso com cerdas médias(nylon), cabo de madeira medindo 1,20m	Unidade	3	R\$ 16,74	R\$ 50,22

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **6 (seis) meses** contados da emissão da nota de empenho, na forma dos artigos 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 31.862,87 (trinta e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.5. Será adotada a modalidade de pregão eletrônico.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Da fundamentação

2.1.1 A contratação se justifica pela necessidade de manter as dependências da PR/PA em boas condições de higiene a fim de sempre atender da melhor forma o público interno e a sociedade.

2.1.2 O Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal 2022-2027 estabelece como objetivo Estratégico 15 (OE15): “garantir a efetividade das ações de qualidade de vida e de bem-estar no trabalho presencial e remoto”. Manter um ambiente limpo e em boas condições sanitárias é um dos fatores que contribuem para a qualidade de vida no trabalho.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 O objeto da contratação compreende a aquisição de materiais de consumo diversos, compreendendo materiais de expediente, materiais elétricos e eletrônicos, materiais de copa/cozinha, visando atender à necessidade de consumo da Procuradoria da República no Pará e PRMs vinculadas.

3.2. A forma de execução da contratação é indireta, em regime de fornecimento de material por preço unitário.

3.3. Cláusulas de Sustentabilidade

3.3.1. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção, distribuição, uso e destinação final.

3.3.2. A contratada deve cumprir todas as exigências legais cabíveis na contratação de serviços, adotando sempre que possível, práticas e/ou critérios sustentáveis, dentre eles:

- a menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- f uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados;
- h utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Subcontratação

4.1.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.2. Garantia da contratação

4.1.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão do baixo valor e complexidade da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Após envio da ordem de fornecimento a contratada terá 15 (quinze) dias corridos para entrega do objeto.

5.2. A contratada fornecerá o objeto deste Termo de Referência de forma integral, de acordo com a nota de empenho emitida

5.3. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, e com a anuência do setor ou fiscal responsável.

5.4. A entrega deverá ser realizada nos seguintes endereços:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

Endereços
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ Rua Domingos Marreiros, 690 – Bairro Umarizal. Belém/PA - Cep 66055-215
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MARABÁ Rodovia Transamazônica nº 1076 – Bairro: Amapá - CEP 68.502-700 - Marabá/PA
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALTAMIRA Av. Tancredo Neves, 3256 – Bairro: Jardim Independente II - CEP 68.372-222
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTARÉM Avenida Castelo Branco, 915, Bairro: Interventoria, CEP 68020-820

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (*caput* do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

Fiscalização Técnica

6.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (inciso VI do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.5.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

6.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.5.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1 Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.1.1. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.1.2. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo

7.1.3. O fiscal setorial do contrato, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico.

7.1.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços ou do fornecimento realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2. O serviço ou o fornecimento será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço ou do fornecimento e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.2.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.2.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.2.4. Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.2.5. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

7.2.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Faturamento

7.4. Após comunicação do gestor do contrato e no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Pará, CNPJ nº 26.989.715/0019-31, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) - Lei nº 12.440/2011).

7.5. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

7.6. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

7.7. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES deverá apresentar com a Nota Fiscal a [declaração de optante do simples nacional](#) a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006. A declaração deve ser assinada eletronicamente com certificado digital pessoa física (eCPF) ou remetida em sua via original dentro da embalagem dos itens a serem entregues. Não será aceita assinatura digitalizada e nem assinatura usando certificado pessoa jurídica (eCNPJ), conforme orientações da Receita Federal.

7.8. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.9. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

7.10. A fatura ou nota fiscal e demais documentos deverão ser encaminhadas através do Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF, que pode ser acessado em: <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos>

Condições de pagamento

7.11. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelo(s) serviço(s) efetivamente prestado(s) OU após o recebimento definitivo do material, em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

7.12. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

7.13. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

7.14. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

7.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$, assim apurado: $I = \frac{(6/100)}{365}$ $I = 0,00016438$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.15.1. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

7.16. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço do grupo.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

8.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

8.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.27. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso XI do art. 21, incisos I do art. 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764 de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI), para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.27.4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.27.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.27.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a. Ata de fundação;
- b. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.27.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

9.2.1. Gestão/Unidade: 0001/200075

9.2.2. Fonte de Recursos: 0100

9.2.3. Programa de Trabalho: 03062003142640001

9.2.4. Elemento de Despesa: 30 - *Material de Consumo*.

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

Belém, na data da assinatura eletrônica

Assinado com login e senha por VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA, em 12/05/2025 15:07. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 234aec9a.18afd329.3c2e05f0.5fe00622